

# ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE GILBUÉS

Agenda de Desenvolvimento Municipal: Análise  
Integrada e Diretrizes de Conteúdo

17 DE JULHO DE 2020

## Referências Cadastrais

|                          |  |         |             |    |
|--------------------------|--|---------|-------------|----|
| Cliente                  | NEOENERGIA   | JALAPAO | TRANSMISSAO | DE |
| ENERGIA S.A.             |  |         |             |    |
| Localização              | Campinas, SP   |         |             |    |
| Título                   | Agenda de Desenvolvimento Municipal  |         |             |    |
| Contato                  | Elton Freitas  |         |             |    |
| E-mail                   | <a href="mailto:elton.freitas@neoenergia.com">elton.freitas@neoenergia.com</a> |         |             |    |
| Líder do Projeto:        | Fernanda Gomes Corrêa Laham  |         |             |    |
| Gerente:                 | Fernanda Gomes Corrêa Laham  |         |             |    |
| Coordenadora:            | Vívian Cristine Costa Dal'Lin  |         |             |    |
| Projeto/centro de custo: | 1.03.04.15235  |         |             |    |
| Data do documento:       | 17/07/2020   |         |             |    |

|                              |                               |  |
|------------------------------|-------------------------------|--|
| <b>Elaborador/Autor</b>      | Vívian Cristine Costa Dal'Lin | Coordenadora Geral do Projeto          |
| <b>Verificador/aprovador</b> | Fernanda Gomes Corrêa Laham   | Gerente Técnica/<br>Coordenadora Geral |

Este documento é composto de 01 volume e está sendo entregue em 01 cópia digital.

### *Isenção de Responsabilidade:*

*Este documento é confidencial, destinando-se ao uso exclusivo do cliente, não podendo ser reproduzido por qualquer meio (impresso, eletrônico e afins) ainda que em parte, sem a prévia autorização escrita do cliente.*

*Este documento foi preparado pela Arcadis logos com observância das normas técnicas recomendáveis e em estrita obediência aos termos do pedido e contrato firmado com o cliente. Em razão disto, a Arcadis logos isenta-se de qualquer responsabilidade civil e criminal perante o cliente ou terceiros pela utilização deste documento, ainda que parcialmente, fora do escopo para o qual foi preparado.*

## Equipe Técnica

| Equipe Técnica                    |  |  |
|-----------------------------------|--|--|
| Karin Ferrara Formigoni           | Responsável Técnica  | CAU/SP: 18867-0                                  |
|                                   | Arquiteta e Urbanista                                      | email: karin.formigoni@arcadis.com               |
|                                   |  | Tel.: (11) 3226-3465                             |
| Sandra Elisa Favorito Raimo       | Responsável Técnica  | CRBio: 010513/01-D                               |
|                                   | Bióloga  | sandra.favorito@arcadis.com                      |
|                                   |  | Tel.: (11) 3226-3465 r. 6054                     |
| Rodrigo Braga Santini             | Responsável Técnico  | CREA/SP: 5062055883                              |
|                                   | Geólogo  | rodrigo.santini@arcadis.com                      |
|                                   |  | Tel: (11) 3226-3465 – R. 6054                    |
| Fernanda Gomes Corrêa Laham       | Gerente Técnica / Coordenadora Geral                       | CAU/SP: A50634-6                                 |
|                                   | Arquiteta e Urbanista                                      | email: fernanda.correa@arcadis.com               |
|                                   |  | Tel.: (11) 3226-3465                             |
| Vivian Cristine Costa Dal'Lin     | Coordenadora Geral   | CAU/SP: 149384-1                                 |
|                                   | Arquiteta e Urbanista                                      | email: vivian.dallin@arcadis.com                 |
|                                   |  | Tel.: (11) 3226-3465                             |
| Leonardo Mendonça Mendes da Silva | Coordenador do Meio Físico e Biótico e de Geoprocessamento | CREA/SP: 5063313638                              |
|                                   | Geógrafo   | email: leonardo.mendonca@arcadis.com             |
|                                   |  | Tel.: (11) 3226-3465 r.5950                      |
| Amanda Paulista                   | Direito Urbanístico  | OAB/SP: 346610                                   |
|                                   | Advogada   | email: amanda.souza@arcadis.com                  |
|                                   |  | Tel.: (11) 3226-3465                             |
| Rodrigo Zichelle                  | Geoprocessamento   | CREA/SP: 5062466910                              |
|                                   | Geógrafo   | email:<br>rodrigo@novoambienteconsultoria.com.br |
|                                   |  | Tel.: (11) 3226-3465                             |
| Bruno Hernandez Incau             | Governança Urbana e Planejamento Territorial               | CREA/SP: 5069342018                              |
|                                   | Engenheiro Ambiental e Urbano                              | email: bruno.incau@arcadis.com                   |
|                                   |  | Tel.: (11) 3226-3465                             |
| Elisa Pennings                    | Planejamento e Gestão de Cidades                           | CAU/SP: A91736-2                                 |
|                                   | Arquiteta e Urbanista                                      | email: elisa.pennings@arcadis.com                |

| Equipe Técnica  |   |                                    |
|-----------------|---|------------------------------------|
|                 |   | Tel.: (11) 3226-3465               |
| Tatiane Freitas | Meio Físico e Biótico                             | CREA/SP: 507061578                 |
|                 | Geógrafa  | email: tatiane.freitas@arcadis.com |
|                 |   | Tel.: (11) 3226-3465               |
| Eduardo Barros  | Estagiário  | email: eduardo.barros@arcadis.com  |
|                 | Geografia   | Tel.: (11) 3226-3465               |
| Michele Almeida | Estagiária  | michele.almeida@arcadis.com        |
|                 | Ciências e Humanidades e Planejamento Territorial | Tel.: (11) 3226-3465               |

## Índice

|           |  |          |
|-----------|--|----------|
| <b>1.</b> | <b>Agenda de Desenvolvimento Municipal de Gilbués.....</b> | <b>6</b> |
| 1.1.      | Metodologia.....   | 6        |
| 1.2.      | Resultados .....   | 11       |

## Lista de Quadros

**Quadro 1-1 – Agenda de Desenvolvimento Municipal do Município de Gilbués**

## Lista de Figuras

**Figura 2-1 – Etapas incluindo a Agenda de Desenvolvimento Municipal.**

**Figura 2-2 – Temas orientadores da Agenda de Desenvolvimento Municipal**

**Figura 2-3 – Representação exemplo da definição de fragilidades e potencialidades**

**Figura 2-4 – Representação exemplo da definição de estratégias**

**Figura 2-5 – Representação exemplo da definição dos instrumentos.**

## Apresentação

A Linha de Transmissão (LT) 500 kV Miracema – Gilbués II – Barreiras II e SE Associadas vem sendo licenciada no âmbito do processo ambiental IBAMA nº 02012.001891/2019-26, estando atualmente em fase de implantação do empreendimento. Considerando o estabelecido pela Lei nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, o Plano Básico Ambiental (PBA) incluiu, dentre as medidas de compensação, o Programa de Apoio à Elaboração do Plano Diretor, cujo objetivo é fornecer apoio à elaboração ou revisão de Planos Diretores dos municípios impactados pelo empreendimento com as seguintes características:

- Municípios que tenham a área de influência direta do empreendimento inserida nos seus limites jurisdicionais, que não possuam Planos Diretores, mas que passaram a ter essa obrigação devido à realização do empreendimento;
- Municípios com mais de 20.000 habitantes que tenham a área de influência direta do empreendimento inserida nos seus limites jurisdicionais, onde foram verificadas alterações significativas no ordenamento territorial do município, em função do empreendimento.

Esta condicionante foi reforçada pela Licença de Instalação (LI) nº 1331/2019 do empreendimento, que traz como condicionantes ao empreendedor apresentar os Termos de Compromisso com as seguintes prefeituras:

- Aquelas que tenham a área de influência direta do empreendimento inserida nos seus limites jurisdicionais, que não possuam Planos Diretores, mas que passaram a ter essa obrigação devido à realização do empreendimento, nos termos do inciso V do art. 41 da Lei 10.257/2001;
- Aquelas dos municípios com mais de 20 mil habitantes, que tenham a área de influência direta do empreendimento inserida nos seus limites jurisdicionais, onde forem verificadas alterações significativas no ordenamento territorial do município, em função do empreendimento, nos termos da Resolução Recomendada nº22, de dezembro de 2006.

Neste sentido, a elaboração do Plano Diretor do município de Gilbués insere-se no contexto deste Programa. Para tanto, a Arcadis foi contratada pela Neoenergia, empresa responsável pela implantação da Linha de Transmissão (LT) 500 kV Miracema – Gilbués II – Barreiras II e SE Associadas, para prestação serviços de consultoria especializada no apoio técnico à elaboração do Plano Diretor em questão.

Sabe-se que o Plano Diretor é um instrumento integrante do sistema de planejamento municipal, em conjunto com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamento Anual e demais disciplinas de ordenamento territorial, como Leis de Parcelamento, de Uso e Ocupação do Solo e de Perímetro Urbano.

Embora o Estatuto da Cidade estabeleça poucas matérias de conteúdo obrigatório aos Planos Diretores (arts. 42 e 42-A da Lei Federal nº 10.257/2001), observa-se, nos últimos anos, que tais leis têm sido elaboradas a partir de um escopo amplo, considerando desde as normas específicas de ordenamento territorial até diretrizes de políticas setoriais. A questão suscitada frente a essa ampliação de escopo é que, não raro, as disposições legais inseridas nos Planos Diretores são genéricas e, portanto, pouco condizentes com a realidade municipal existente e

projetada, e pouco instrumentalizadas, o que tem impactado no grau de efetividade e aplicabilidade do Plano Diretor.

Em vista disso, é fundamental que haja uma definição estratégica dos conteúdos a serem inseridos no Plano Diretor, a fim de selecioná-los, categorizá-los, ordená-los em termos de prioridade e examiná-los em vista dos instrumentos e ferramentas disponíveis ao Poder Executivo para solucioná-los. Este processo de definição resultará na **Agenda de Desenvolvimento Municipal** de Gilbués, apresentada neste relatório.

# 1. Agenda de Desenvolvimento Municipal de Gilbués

A Agenda de Desenvolvimento Municipal corresponde a uma matriz, produto de um processo de análise, seleção e sistematização de dados, desenvolvida ao final da etapa de Diagnóstico Municipal e ao início da etapa de elaboração de Propostas. Sua finalidade é assegurar que os conteúdos disciplinados pelo Plano Diretor reflitam os reais problemas e questões existentes no município de Gilbués, bem como garantir a instrumentalidade e aplicabilidade das disposições propostas.

A Agenda, portanto, ocorre de maneira transversal, consolidando as análises realizadas durante a etapa de Diagnóstico Municipal e garantindo os subsídios necessários para as Propostas que serão realizadas. À medida em que o Diagnóstico Municipal disponibiliza dados caracterizadores do município e análises correspondentes, as primeiras informações que irão compor a matriz da Agenda de Desenvolvimento Municipal são identificadas e, neste sentido, ela atua também como um processo de conclusão técnica da etapa de diagnóstico. À medida em que as análises avancem no sentido de elaborar as propostas de conteúdo do Plano Diretor, a matriz lhe é preparatória, garantindo a linearidade e a clareza das propostas técnicas sugeridas e orientando o seu detalhamento no formato jurídico, obrigatório para a Minuta de Lei de Plano Diretor, produto final do estudo.

**Figura 1-1 – Etapas incluindo a Agenda de Desenvolvimento Municipal.**



*Elaboração: Arcadis, 2020.*

## 1.1. Metodologia

A metodologia adotada para a elaboração e desenvolvimento da Agenda de Desenvolvimento Municipal teve por base o “Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores”, cuja versão para teste foi apresentada pelo Ministério de Desenvolvimento Regional, por meio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano (SDRU) no ano de 2019. A partir dos circuitos e procedimentos constantes no referido Guia, foi desenvolvida uma metodologia detalhada e adequada não apenas à consecução dos objetivos da Agenda de Desenvolvimento Municipal, mas também aos desafios e contextos específicos decorrentes do processo de elaboração do Plano Diretor do Município de Gilbués.

O processo que envolve a definição da Agenda de Desenvolvimento Municipal é desenvolvido em duas fases: a **Análise integrada** e as **Diretrizes de conteúdo**, a seguir apresentadas.



## Análise Integrada

Sabe-se que o Diagnóstico Municipal, primeiro produto integrante do processo de elaboração do Plano Diretor, é um relatório amplo das condições do Município, no qual são compilados e analisados dados dos mais diversos setores e temas, a fim de caracterizar de maneira holística o município. Sendo assim, é fundamental um olhar interdisciplinar, o qual denominamos aqui de Análise Integrada, que consiga, a partir do confronto entre as diferentes análises realizadas para os meios socioeconômico, físico e biótico, identificar os temas mais relevantes para o desenvolvimento do município frente a tudo que foi estudado.

Por temas, entendem-se os assuntos de caráter geral, cuja disciplina guarda relação direta com o escopo do Plano Diretor, por exemplo, habitação, uso e ocupação do solo, desenvolvimento econômico, meio ambiente. Com base no “Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores” foram elencados 12 temas orientadores, dentre os quais deverão ser identificados os mais pertinentes à dinâmica e realidade municipal específica de Gilbués, de forma a direcionar os próximos itens identificados e garantir a adequação do conteúdo do Plano Diretor. Cabe ressaltar que a escolha dos temas varia de acordo com a sua relevância e recorrência no Município, de forma que não necessariamente todos serão abordados ao longo da Agenda de Desenvolvimento Municipal.

**Figura 1-2 – Temas orientadores da Agenda de Desenvolvimento Municipal**



*Elaboração: Arcadis, 2020.*

Uma vez identificados os temas, deverão ser levantadas as **fragilidades** e **potencialidades** do Município. As primeiras representam os principais desafios a serem superados ou mitigados durante os 10 anos de vigência do Plano Diretor ora em elaboração. Vale dizer que as fragilidades se referem tanto aos problemas existentes no município quanto aos problemas que poderão ocorrer em um futuro próximo cuja previsibilidade seja possibilitada pelos dados levantados durante a fase de diagnóstico. Já as potencialidades correspondem aos pontos mais fortes do município, podendo eles serem ou não definidores da sua identidade. Entende-se, portanto, que as potencialidades são pontos a serem incentivados e monitorados durante a vigência do Plano Diretor, a fim de assegurar o desenvolvimento adequado do município.

O levantamento das fragilidades e potencialidades deriva dos temas identificados, pois é realizado a partir do desenvolvimento e direcionamento dos temas. Toma-se como exemplo o

tema da habitação. Uma vez identificado como tema pertinente ao município, deverá ser perguntado: qual é o motivo que leva o tema da habitação a ser relevante no município? É por conta da existência de ocupações irregulares? É por conta do baixo déficit habitacional relativo? Portanto, a partir do desenvolvimento de questionamentos sobre os temas identificados, será possível levantar as fragilidades e potencialidades associadas, as quais deverão ser organizadas por critério de prioridade.

**Figura 1-3 – Representação exemplo da definição de fragilidades e potencialidades**



*Elaboração: Arcadis, 2020.*

Entende-se, portanto, que a primeira fase da Agenda de Desenvolvimento Municipal decorre, prioritariamente, do confronto entre os principais resultados obtidos durante a etapa de diagnóstico, a chamada Análise Integrada, tendo como produtos resultantes a identificação dos temas, fragilidades e potencialidades do Município.

### Diretrizes de Conteúdo

Tendo sido identificados os pontos críticos e potenciais para o desenvolvimento do Município, será dado início à segunda fase da Agenda de Desenvolvimento Municipal, denominada Diretrizes de Conteúdo. Esta consiste na definição dos eixos de desenvolvimento municipal, bem como das estratégias, instrumentos e ferramentas complementares que assegurarão a melhor disciplina e efetividade das medidas de incentivo das potencialidades e de superação/mitigação das fragilidades.

Os eixos de desenvolvimento do município nada mais são do que as diretrizes que orientarão a elaboração do Plano Diretor. São os pontos para os quais o Plano Diretor dará mais atenção e fixará instrumentos e ferramentas específicas voltadas à sua concretização. Isso não significa, no entanto, que questões não incluídas nos eixos de desenvolvimento do município serão desconsideradas; significa apenas que os eixos são os pilares sobre os quais toda a disciplina do Plano Diretor será estruturada, a partir do qual as demais questões serão abordadas. Sua definição decorre diretamente das fragilidades e potencialidades identificadas.

Já as estratégias correspondem aos direcionamentos gerais que podem ser dados às fragilidades e potencialidades encontradas, mirando o seu incentivo ou sua mitigação/resolução.

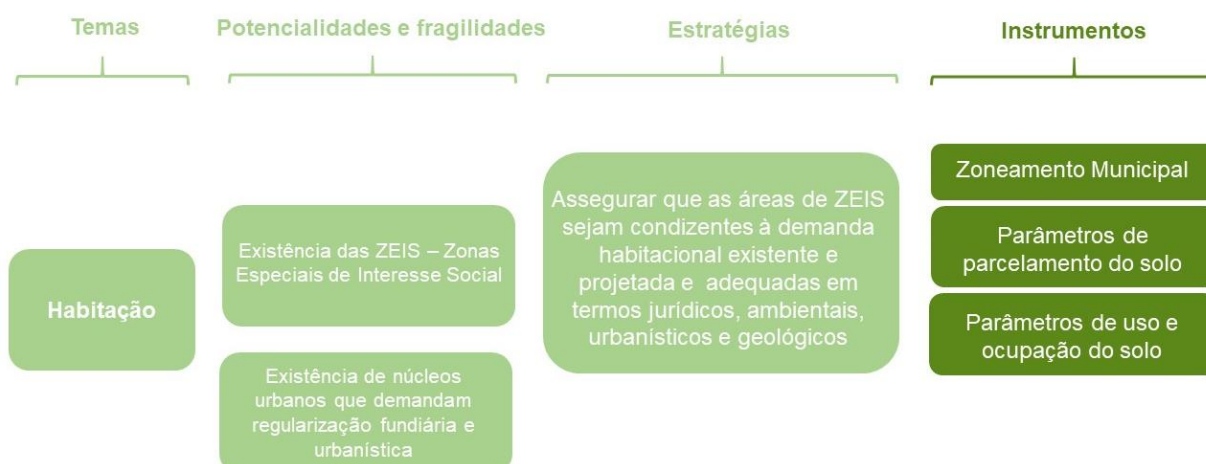
**Figura 1-4 – Representação exemplo da definição de estratégias**



Elaboração: Arcadis, 2020.

Os instrumentos, derivados e em consonância com as estratégias, representam os meios diretos e pertinentes ao combate ou incentivo das problemáticas levantadas. Compreende o conjunto de ações, e procedimentos legais para intervir, regulamentar, controlar e direcionar o desenvolvimento municipal. Os instrumentos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade são algumas dessas ferramentas, bem como as propostas de Macrozoneamento Municipal e Zoneamento Urbano e Rural e as Políticas Setoriais. A figura abaixo exemplifica alguns instrumentos que poderiam ser aplicados para intervir em uma das potencialidades identificadas para o tema de Habitação.

**Figura 1-5 – Representação exemplo da definição dos instrumentos.**



Elaboração: Arcadis, 2020.

Por fim, as ferramentas complementares são instrumentos que, embora pertinentes às questões trabalhadas no Plano Diretor, não são específicas do seu escopo, cabendo à legislação específica a sua regulamentação. É o caso, por exemplo, da definição de parâmetros de incomodidade, os quais, apesar de estarem diretamente relacionados ao zoneamento e ordenamento territorial estabelecido pelo Plano Diretor, é conteúdo de legislação específica de uso e ocupação do solo.

Vale dizer que as informações identificadas e levantadas durante as duas fases referidas serão sistematizadas em uma matriz específica, a qual corresponde à Agenda de Desenvolvimento Municipal.

## 1.2. Resultados

Após terem sido identificadas e confrontadas as principais problemáticas incidentes no município de Gilbués em cada um dos meios estudados (socioeconômico, físico e biótico) e questões jurídicas atreladas, chegou-se às principais potencialidades e fragilidades diagnosticadas, e, por consequência, aos temas de maior relevância aos quais essas questões se insere. A partir deste olhar multidisciplinar foram então traçados as estratégias e instrumentos necessários para direcionar ações voltadas para o enfrentamento das problemáticas identificadas. Na sequência, com a consolidação da Agenda, foi possível identificar os temas e questões mais sensíveis e latentes no município, as quais entende-se ser necessário um enfoque prioritário através da proposição dos chamados Eixos de Desenvolvimento que, por sua vez, deverão nortear de maneira geral o desenvolvimento econômico sustentável de Gilbués para os próximos 10 anos e, por consequência, a melhoria da qualidade de vida de sua população.

O quadro abaixo sintetiza os resultados da Agenda de Desenvolvimento Municipal de Gilbués e a seguir serão apresentados e justificados cada um dos Eixos de Desenvolvimento definidos para a efetivação do Plano Diretor do município.

**Quadro 1-1 – Agenda de Desenvolvimento Municipal do Município de Gilbués**

| Fase 1 – Análise Integrada  |  | Fase 2 – Diretrizes de Conteúdo   |   |
|---|--|---|---|
| Temas   | Potencialidades/ Fragilidades  | Estratégias   | Instrumentos  |
| <b>Expansão Urbana</b>  | Ocupação urbana concentrada na sede municipal, a qual é compacta   | Definir um perímetro urbano considerando a projeção de crescimento populacional, as áreas vazias vocacionadas à ocupação urbana e as áreas propícias do ponto de vista físico e ambiental   | Macrozona Urbana / Definição de Perímetro Urbano  |
|   | Não possui lei de delimitação dos perímetros urbanos   |   |   |
|   | Vazios nos bairros da porção Leste da mancha urbana da sede  | Verificar a aptidão das áreas vazias à ocupação (regularidade, atributos físicos e ambientais)  | Zoneamento Urbano / Zonas de Ocupação Prioritária   |
|   |  | Impedir novos loteamentos desconectados e sem aprovação   | Macrozona Urbana / Definição de Perímetro Urbano / Definição de Procedimentos para Aprovação de Novos Loteamentos |
|   |  | Induzir o adensamento nas áreas vazias, se aptas à ocupação urbana  | Zoneamento Urbano / Zonas de Ocupação Prioritária   |
| Presença de áreas ambientalmente relevantes ou sensíveis dos pontos de vista físico na mancha urbana e em seu entorno, como as nascentes, áreas de alta ou média suscetibilidade a erosão, brejo do buriti e cobertura vegetal do platô | Delimitar áreas com maior fragilidade ou relevância ambiental e indicar usos mais adequados, ou seja, que não potencializem a ocorrência de erosões e/ou que favoreçam a preservação dessas áreas. | Zoneamento Urbano / Zoneamento Rural  |   |
| <b>Habitação</b>  | Existência de projetos de MCMV no município, com a construção de 109 unidades de MCMV no bairro Vida Nova  | Verificar se a prefeitura deseja a reserva de áreas para a construção de novas moradias de interesse social   | Delimitação de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) na Área Urbana para Novas Construções                     |
|   | 15% de déficit habitacional, sendo 78% por conta da precariedade das residências (reposição de estoque)  | Regularização fundiária para obtenção das matrículas e possibilidade de crédito para reformas   | Definição de Procedimentos Específicos para Regularização dos Parcelamentos Irregulares                           |
|   |  | Demarcação das áreas cuja incidência dos programas de regularização fundiária deve ser prioritária  | Delimitação de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) nas Áreas Urbanas Irregulares                             |
|   |  | Articulação com estado e união para obtenção de recursos para reposição de estoque habitacional na área urbana e rural  | Política Setorial de Habitação / Articulação MCMV   |
| <b>Risco</b>  | Riscos de Alagamentos em diferentes pontos da mancha urbana da sede  | Delimitar áreas com maior fragilidade frente a este fenômeno e limitar usos urbanos nelas.  | Definição de Perímetro Urbano / Zoneamento Urbano   |
|   | Infraestrutura de drenagem incipiente  | Indicar necessidade de estudos e caso necessário, obras de macro e micro drenagem para evitar que tal fenômeno se manifeste.  | Política Setorial de Saneamento   |
|   | Atividades de extração (como areia e diamantes) que podem potencializar processos de arenização e erosão   | Incentivar e Fomentar parceria com universidades e pesquisadores com finalidade de produzir conhecimento científico e técnicas para recuperação ou planejamento de tais áreas.  | Política Setorial de Desenvolvimento / Política Setorial de Educação  |
|   |  | Delimitar áreas com maior fragilidade ambiental frente ao processo de arenização, indicar usos mais adequados e melhores práticas para o desenvolvimento dessa atividade e, se necessário, restringir essas atividades nestas áreas | Zoneamento Rural / Zona Especial de Recuperação   |

|   |  |  |   |
|---|--|--|---|
| <b>Uso e Ocupação do Solo</b>   | Grande parte do território coberto por vegetação natural (Cerrado)   | Estabelecer parâmetros de uso e ocupação que privilegiem a manutenção dessa vegetação dado ao processo de arenização presente no município   | Zoneamento Urbano e Rural   |
|   | Diferença de densidade nas áreas urbanas da sede   | Considerar a diferença de densidade ao estabelecer as regras de ocupação urbana no zoneamento  | Zoneamento Urbano e Rural / Definição de Parâmetros Urbanísticos e Regras de Uso e Ocupação                               |
|   | Fragmentação da vegetação por expansão de pastos antrópicos de pequenas propriedades   | Incentivar e fomentar técnicas que visem o manejo sustentável e o maior aproveitamento das terras existentes para pastagem e produção agrícola, evitando o desmatamento.   | Política Setorial de Desenvolvimento Rural  |
| <b>Transporte e Mobilidade</b>  | Existência de Rodoviária Municipal   | Aproveitamento da rodoviária para promoção turística e desenvolvimento de atividades econômicas pela facilidade logística no trânsito de pessoas e bens.   | Zoneamento Urbano / Política Setorial de Turismo; Transporte e Mobilidade; e de Desenvolvimento Econômico                 |
|   | Presença de rodovias federais  | Planejar a localização de empreendimentos logísticos no município e de atividades de suporte em áreas próximas a estes eixos viários.  | Zoneamento Urbano e Rural   |
|   |  | Articular com o órgão responsável para melhoria dos acessos, sinalização e controle de velocidade nos perímetros urbanos   | Política Setorial de Mobilidade e Transporte  |
|   | Dimensões da sede favorecem deslocamentos a pé e bicicleta   | Manter a mancha urbana compacta e diversificar os usos urbanos, para que não haja fragmentação de usos específicos que demandam deslocamentos  | Definição de Perímetro Urbano / Zoneamento Urbano   |
|   |  | Instituir regramento específico para implementação de calçadas e ciclovias em novos loteamentos  | Definição de Parâmetros Urbanísticos  |
|   |  | Incentivar transporte por bicicleta e a pé de modo seguro e harmonioso entre os diferentes modais de transporte.   | Política Setorial de Transporte e Mobilidade / Política Setorial de Educação  |
|   | Baixa manutenção das vias de terra, o que dificulta o transporte de cargas e produção agrícola, e também em áreas ao sul da mancha urbana              | Requalificar as calçadas em vias prioritárias  | Política Setorial de Transporte e Mobilidade  |
|   |  | Articulação com os órgãos competentes para viabilizar ações e recursos para a manutenção das estradas vicinais.  | Política Setorial de Transporte e Mobilidade  |
|   |  | Viabilizar a recuperação da pavimentação degradada progressivamente, a partir de prioridades a serem levantadas na elaboração do Plano de Mobilidade   | Política Setorial de Transporte e Mobilidade  |
|   | Ruas de terra e falta de passeio público nos bairros menos estruturados ao Leste da mancha urbana  | Nos casos em que a pavimentação está comprometida em razão da drenagem de água, viabilizar a recuperação das vias em conjunto com as estratégias de saneamento   | Política Setorial de Transporte e Mobilidade  |
| Revisar o Código de Obras e de Posturas, visando a adequação urbana frente aos regramentos do Plano Diretor |  | Definição de Parâmetros Urbanísticos e Regras de Uso e Ocupação  |   |
| Tráfego de veículos pesados na BR-153 (corta o município)   | Viabilizar a execução de pavimentação, passeios públicos, com projeto de asfaltamento acompanhado de calçadas com vegetação e ciclovias, onde adequado | Política Setorial de Transporte e Mobilidade   |   |
|   | Buscar articulação com órgão responsável pela gestão da rodovia com o objetivo de melhorar a segurança dos pedestres.                                  | Política Setorial de Transporte e Mobilidade   |   |
| <b>Equipamentos Públicos e infraestrutura</b>   | Equipamentos públicos e serviços suficientes para a demanda populacional do município  | Verificar se mais algum equipamento é demandado atualmente inclusive nas áreas rurais e verificar possíveis demandas para os próximos 10 anos, considerando a projeção populacional, em caso positivo, incentivar equipamentos em áreas menos servidas | Em caso de demanda, Políticas Setoriais de Forma Localizada / Direito de Preempção em Caso de Área Definida e Não Pública |
|   | Concentração de equipamentos e áreas de lazer no centro e eixo da BR-153   | Verificar se há demanda por novos equipamentos de lazer e avaliar a projeção nos próximos 10 anos, considerando a projeção populacional. Em caso positivo, incentivar equipamentos em áreas menos servidas   | Em caso de demanda, Políticas Setoriais de Forma Localizada / Direito de Preempção em Caso de Área Definida e Não Pública |

|  |   |   |   |
|--|---|---|---|
| <b>Desenvolvimento Econômico</b>                                 | Aumento da produção de grãos para exportação  | Elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável  | Política Setorial de Desenvolvimento Rural                                      |
|  | Potencial minerário do município  | Realizar o planejamento adequado do desenvolvimento e expansão sustentável dessas atividades por meio de zoneamento e políticas públicas adequadas  | Macrozoneamento Municipal / Política Setorial de Desenvolvimento Econômico      |
|  | Baixa representatividade da indústria na economia local   | Promover atividades de beneficiamento da produção local para geração de emprego e renda   | Política Setorial de Desenvolvimento Rural                                      |
|  |   | Destinar áreas apropriadas para a instalação de indústrias, considerando logística, acesso, aspectos do meio físico. Viabilizar incentivos para atrair indústrias.                              | Delimitação de Zona Industrial / Política Setorial de Desenvolvimento Econômico |
|  | Viabilizar incentivos para atrair indústrias.   | Política Setorial de Desenvolvimento Econômico  |   |
| <b>Turismo</b>   | Alto potencial turístico do município, com relevância regional e nacional, com Cachoeiras, paisagens do Cerrado, e a Antiga Gruta de Diamantes                                    | Traçar estratégias de divulgação das atrações turísticas do município como roteiro alternativo mais econômico que os existentes   | Política Setorial de Turismo  |
|  | Ausência de divulgação, estruturas e planejamento para turismo nas áreas  | Elaborar do Plano Municipal de Turismo e adotar o turismo como fator de desenvolvimento econômico, capacitando e estruturando o setor no município  | Política Setorial de Turismo  |
|  | Ausência de estrutura, segurança e planejamento para a visitação  | Definir regras e diretrizes para regulamentação de visitação junto ao proprietário (público ou privado)   | Política Setorial de Turismo  |
| <b>Desenvolvimento Rural Sustentável</b>                         | Baixo uso de agrotóxicos por parte dos agricultores locais  | Estabelecer políticas de educação ambiental, incentivo e valorização da produção agropecuária de baixo impacto  | Política Setorial de Desenvolvimento Rural                                      |
|  | Existência de cooperativas das localidades rurais de Vaqueta e Gavião   | Fortalecer o cooperativismo e asso ativismo, inclusive com aplicação de cursos introdutórios sobre o assunto (SENAR)  | Política Setorial de Desenvolvimento Rural                                      |
|  | Agricultura familiar e de pequenos produtores é predominante no município e se localiza ao redor da mancha urbana da sede (o que propicia para a demarcação de um cinturão verde) | Elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável  | Política Setorial de Desenvolvimento Rural                                      |
|  |   | Delimitar áreas com potencialidade de uso para agricultura familiar e técnicas que não potencializem a ocorrência de processos erosivos ou arenização.  | Zoneamento Rural / Zona de Produção Sustentável                                 |
|  |   | Promover políticas e programas de facilitação do comércio da produção de agricultores familiares, pequenos produtores e cooperativas e associações  | Política Setorial de Desenvolvimento Rural                                      |
|  | Aumento de agricultura de soja e milho no norte do município, para exportação   | Realizar o planejamento adequado do desenvolvimento e expansão sustentável dessas atividades por meio de zoneamento e políticas públicas adequadas (Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável) | Macrozoneamento Municipal / Política Setorial de Desenvolvimento Rural          |
|  | Expansão da monocultura mecanizada  |   |   |
| Baixa assistência técnica por parte da EMATER                    | Promover os serviços de ATER oferecidos pelo órgão estadual e dotar a prefeitura de quadro técnico adequado para o atendimento dessas demandas                                    | Política Setorial de Desenvolvimento Rural  |   |
| <b>Meio Ambiente</b>   | Brejo dos Buritis com veredas bem preservadas   | Indicar a possibilidade de criação de UC nesta área, que venha a contribuir com a preservação dele.   | Política Setorial de Meio Ambiente  |
|  |   | Conservar tais áreas e garantir que sua função ambiental seja mantida.  | Zoneamento Urbano / Zona Especial de Proteção Ambiental                         |
|  | APPs municipais bem preservadas   | Criar e buscar (nos governos estaduais e federais) políticas de incentivos a recuperação e preservação das APPs   | Política Setorial de Meio Ambiente  |
| Verificar possibilidade de benefícios através do ICMS ecológico. |   | Política Setorial de Meio Ambiente  |   |



|   |  |   |
|---|--|---|
| Existência do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba   | Compreender as áreas que podem se tornar zonas de uso intensivo e extensivo no Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba para incorporar como alternativas de Turismo e delimitar o uso e ocupação do solo de forma a evitar conflitos e pressões. | Política Setorial de Turismo e Meio Ambiente e Zoneamento Rural     |
|   | Articular com órgão federal e municípios contidos na UC a Elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba.  | Política Setorial de Meio Ambiente                                  |
| Inserção municipal em APCBs - Extremamente Alta   | Delimitar estas áreas e indicar usos mais adequados com sua função ambiental.  | Zoneamento Rural / Zona de Produção Sustentável                     |
|   | Incentivar práticas sustentáveis nestas áreas com a finalidade de manter sua função ambiental  | Zoneamento Rural / Zona de Produção Sustentável                     |
|   | Verificar possibilidade de benefícios junto ao ICMS Ecológico  | Política Setorial de Meio Ambiente                                  |
| Grande parcela do território com cobertura vegetal de Cerrado   | Definir nestas áreas usos mais compatíveis com a sua preservação e uso sustentável.  | Zoneamento Rural / Política Setorial de Meio Ambiente               |
|   | Verificar possibilidade de benefícios junto ao ICMS Ecológico  | Política Setorial de Meio Ambiente                                  |
| Tendência de redução das precipitações  | Estabelecer convênios e parcerias com órgãos de governo e agências multilaterais para o planejamento da produção agropecuária e ATER aos pequenos produtores impactados  | Política Setorial de Meio Ambiente                                  |
|   | Estabelecer regras de uso e ocupação do solo que evitem conflitos pela água  | Zoneamento Rural / Zona de Produção Sustentável                     |
|   | Desenvolver políticas e programas para garantia do acesso à água nas áreas urbanas e rurais, em quantidade e qualidade adequadas aos usos pretendidos.   | Política Setorial de Desenvolvimento Econômico; Meio Ambiente       |
|   | Priorizar ações para atendimento de pequenos produtores e agricultores familiares visando a garantia do acesso a água e a segurança hídrica.   | Política Setorial de Desenvolvimento Econômico; Meio Ambiente       |
| Processos erosivos especialmente em setores com arenização  | Incentivar e Fomentar parceria com universidades e pesquisadores com finalidade de produzir conhecimento científico e técnicas para recuperação ou planejamento de tais áreas.   | Política Setorial de Meio Ambiente                                  |
|   | Delimitar áreas com maior fragilidade ambiental frente ao processo de arenização, indicar usos mais adequados e pesquisas necessárias para evitar seu avanço.  | Zoneamento Rural (Zona Especial)                                    |
| Potencial de atividades degradadoras com extração de minérios no município, como os Garimpos Ilegais  | Firmar convênios e parcerias com os órgãos estaduais e federais para fiscalização dessas áreas   | Política Setorial (Meio Ambiente)                                   |
| Criticidade qualitativa e quantitativa da micro bacia de curso hídrico próximo a sede municipal   | Delimitar áreas da microbacia que estejam degradadas com intuito principal de recuperação das nascentes e indicar usos adequados nas áreas de contribuição de recarga do curso hídrico.  | Zoneamento Rural / Zona de Produção Sustentável; Recuperação        |
| Vales encaixados e áreas com Alta Suscetibilidade à erosão na zona rural  | Delimitar áreas com maior fragilidade ambiental e indicar usos mais adequados, ou seja, que não potencializem a ocorrência de tais fenômenos.  | Zoneamento Rural / Zona de Produção Sustentável; Recuperação        |
| Áreas com Alta Suscetibilidade à erosão na descida do Platô onde está inserido o sítio urbano da sede municipal   | Restringir o avanço urbano sobre tais áreas  | Definição de Perímetro Urbano / Zoneamento Urbano e Rural           |
| A área urbana da sede municipal é circundada e está a montante de diversas nascentes, sendo parte destas inclusive ocupadas por usos urbanos (viário e residências) | Delimitar área de entorno degradadas com intuito de recuperação destas nascentes.  | Zoneamento Rural / Zona de Recuperação                              |
|   | Restringir o avanço urbano sobre tais nascentes  | Definição de Perímetro Urbano / Zona Especial de Proteção Ambiental |

|                            |  |  |  |
|----------------------------|--|--|--|
| <b>Patrimônio Cultural</b> | Alto Potencial Arqueológico                                  | Realizar parcerias com universidades e grupos de pesquisas arqueológicas com finalidade de aprofundar os conhecimentos sobre tal potencial | Política Setorial de Patrimônio Cultural |
|                            | Relevância histórica e cultural da Antiga Gruta de Diamantes | Realização de estudos para viabilização do processo de tombamento municipal  | Política Setorial de Patrimônio Cultural |

Legenda:

- Potencialidades
- Fragilidades

Elaboração: Arcadis, 2020.

## Eixos de Desenvolvimento Municipal

A seguir são apresentados os Eixos de Desenvolvimento definidos para a efetivação do Plano Diretor de Gilbués. Cada um deles é apresentado e detalhado após informações críticas sobre o município que foram evidenciadas no processo de diagnóstico e formação da Agenda de Desenvolvimento Municipal.

**O município encontra-se em uma região afetada por processos de arenização que podem ser intensificados se mal geridos.**

- **Processos de Arenização** - Produção de conhecimento científico e técnicas para recuperação, manejo e planejamento de áreas impactadas por processos de arenização.

**O município não possui legislação de zoneamento e normas para o uso e ocupação do solo.**

- **Planejamento Territorial** – Planejamento, ordenamento e regramento do uso do solo urbano e rural no município visando o crescimento urbano e desenvolvimento rural compatíveis com as características do meio físico e garantindo a qualidade ambiental.

**O município não possui sistema de coleta e tratamento de esgoto.**

- **Saneamento Ambiental** - Adequação dos serviços públicos e soluções individuais sustentáveis de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais para melhoria da qualidade de vida da população.

**O município possui potencial minerário e perfil de desenvolvimento econômico rural.**

- **Desenvolvimento Econômico** - Fortalecimento das atividades agropecuárias e de mineração de maneira ambientalmente sustentável e regrada para a geração de emprego e renda.

**O município encontra-se próximo do Parque Nacional do Jalapão.**

- **Turismo de Natureza** - Diversificação das atividades econômicas pautada no Turismo Regional e Nacional fomentado pela inserção na região do Jalapão, por meio da capacitação, estruturação e fortalecimento dos setores de hotelaria e serviços.

